## PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA -

17.05.2023 P.A. n° 074/2023 Dispensa n°

DATA:

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODIFICAÇÃO EM REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO CONTENDO UMA REMOÇÃO DE POSTE EQUIPADO COM MEDIA TENSÃO TRIFÁSICO, EM ATENDIMENTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA (MG)

**VALOR TOTAL:** 

044/2023

R\$ 9.583,88

Dados da Contratada

**CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A** 

Endereço: Avenida Barbacena, nº 1200 - Bairro Santo Agostinho - em Belo Horizonte/MG

CNPJ: 06.981.180/0001-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.24, XXII da Lei nº 8.666/93.

"Art. 24 – É dispensável de licitação:

XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: (\*)

- Encontram-se presentes os requisitos para a dispensa de licitação, constantes do inciso XXII, do art.24 da Lei nº 8.666/93. Desta forma, configura a situação fática prevista em lei, uma vez que "A Comissão Permanente de Licitação - com objetivo de firmar o contrato de MODIFICAÇÃO EM REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO CONTENDO UMA REMOÇÃO DE POSTE EQUIPADO COM MEDIA TENSÃO TRIFÁSICO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta neste processo de Dispensa de Licitação nº 044/2023, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso XXII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, e pela necessidade de realizar os serviços citado e ainda que o preço praticado pela concessionária é consideravelmente uniforme e portanto atende a todos os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93 Lei de Licitações, razões pelas quais se justifica plenamente o preco no presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação.

RAZÃO DA ESCOLHA: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A – Quanto a escolha do prestador dos serviços foi considerando que a empresa CEMIG S/A é a operadora da rede elétrica no Município possuindo a concessão dos serviços. Há de se destacar ainda a natureza da contratação, que busca fornecedor para serviços de melhoria da rede elétrica, sendo de extrema importância para atendimento dos moradores daquela região. Neste ponto surge a ponderação de buscar formas legais para atender às expectativas de contratação sem ferir a Lei de Licitações e sem premir a competitividade. A Lei 13.303/16 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, autoriza a contratação direta no presente caso sendo que a Comissão de Licitação apresenta a justificativa com para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO: (\*)

Os preços são condizentes aos praticados pelas concessionárias.

PRAZO DE EXECUÇÃO: **120 DIAS** 

APROVAÇÃO DO SECRETÁRIO:

ESPAÇO RESERVADO À PROCURADORIA

Declaro haver examinado e aprovado e por estar a presente documentação em conformidade com todas as normas internas da Prefeitura Municipal de São João da Mata (MG) e demais disposições legais aplicáveis, em especial no Art. 24, XXII da Lei nº 8.666/93. Desta feita, considerando-se a análise jurídica deste procedimento, e confirmando que estão atendidas as exigências legais podendo ser deflagrado e considerado dentro das normas legais, o procedimento em tela e recomendo a ratificação do presente processo.

Diante do exposto, opino pela homologação e ratificação da empresa escolhida, estando o processo em conformidades com o Estatuto Legal

17/05/2023

Assessoria Jurídica - Wilder Vilela de Souza - OAB: 80.625

**GERAL** DO PROCESSO:

**PROCESSO** 

**LICITATÓRIO** 

074//2023

**DISPENSA** 

LICITAÇÃO Nº 044/2023

DE

RATIFICAÇÃO DO ATO

ESPAÇO RESERVADO À Assinatura da empresa

**CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A** PUBLICAÇÃO N° 49 PUBLICADO EM: 17 de maio de 2023.

Prefeito Municipal de São João da Mata (MG \* UTILIZAR O VERSO, S E NECESSÁRIO

NOTA: OS PRAZOS DE TRÂMITAÇÃO DOS DOCUMENTOS DEVERÃO OBEDECER A LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21/06/93.